

**DOCUMENTO DE TRABALHO N° 4
ABRIL DE 2020**

TÍTULO:
**Redução de gastos com Defesa e aumento de Investimento
Público em Saúde e Investimento Social na América do Sul:
um caminho para enfrentar COVID – 19**

**Jonatan Díaz¹
Victor Osorio²**

1. Nossa proposta

O progressismo **propõe aos Estados da América do Sul que concordem em reduzir de maneira coordenada e sistêmica em 40% de seus gastos com defesa, pelo menos nas Leis Orçamentárias de 2020 e 2021, para redirecionar esses recursos para o Investimento Público em Saúde e para Investimento social como uma das formas de enfrentar a crise causada pela pandemia do COVID - 19.**

Isso é possível, tendo em conta as particularidades administrativas e legislativas de cada país, mas a chave para sua materialização é **a vontade política**. No caso da realidade chilena, referente ao ano fiscal de 2020, pode ser especificada através de uma realocação de itens do orçamento e, em relação ao exercício fiscal de 2021, incorporando a redistribuição no desenho do Orçamento da Nação para o próximo período.

A enorme escala da crise socioeconômica e sanitária causada pelo COVID–19 exige soluções ousadas de políticas públicas e pode ser realizada por dois caminhos principais. Primeiro, no caso do Chile, um aumento no investimento de 10% do PIB (três vezes o que o governo de Sebastián Piñera propôs). É o passo que o Peru deu, com uma injeção de mais de 25 bilhões de dólares (128 bilhões de reais), que é equivalente a 12% do PIB do país, em condições macroeconômicas semelhantes ao Chile. O segundo caminho complementar é a realocação de recursos já disponíveis no orçamento fiscal, com o critério básico de boa governança para dar prioridade ao fundamental: neste caso, considera-se prioritário garantir a vida, a saúde e o bem-estar da população, particularmente os mais vulneráveis, bem como o conjunto dos trabalhadores e a classe média.

¹ Administrador público. Bacharel em Governo e Gestão Pública. Bacharel em Segurança e Defesa da Academia Nacional de Estudos Políticos e Estratégicos (ANEPE). Diretor Executivo do Fórum Latino-Americano de Direitos humanos (FOLADH).

² Jornalista. Ex-Ministro de Ativos Nacionais 2014–2016. Diretor Executivo da Fundação ProgresA.

Apresentamos nossa proposta aos Estados da América do Sul e também anunciamos que **a compartilharemos com o Grupo Puebla, bem como com todos os fóruns e plataformas de diálogo regional e internacional do qual participamos, tentando torná-la uma iniciativa que também seja apropriada pelos cidadãos, movimentos sociais e forças políticas democráticas e progressistas.**

2. A Crise da Saúde Pública

A pandemia do COVID-19 sem dúvida se tornou uma crise mundial de saúde pública sem precedentes e uma crise econômico-social de enorme dimensão, cujo desenvolvimento crescente ainda está evoluindo. **No caso da América Latina, isso tem gravidade ainda mais séria.**

No "The New York Times", o cientista político Miguel Lago, diretor executivo do Instituto de Estudos das Políticas de Saúde do Brasil (IEPS), afirma que **“a América Latina pode tornar-se a maior vítima do COVID - 19”**. Ele observa: "A região não está preparada para a propagação do vírus e você pode esperar um cenário ainda mais complexo do que o europeu (...) e até se tornar a maior vítima do COVID - 19, se as autoridades de saúde e os governos de nossos países não tomam **ações imediatas para fortalecer seus sistemas de saúde.** Combater uma pandemia que afetará uma parte significativa da população não é apenas uma questão de investimento, mas de **um redirecionamento agressivo e eficaz dos recursos existentes para diminuir seus efeitos”**.

Nesse sentido, indica que a América Latina aloca uma porcentagem de seu orçamento à saúde pública bem abaixo dos países da OCDE, cuja média é de 6,6%. "Se o investimento total em saúde (público e privado) por habitante é levado em consideração, vemos que a região é uma das que menos investe em saúde: US\$ 949 per capita (R\$ 4.850 reais), quase quatro vezes menos que os países membros da OCDE e ainda menos que a média dos países do Oriente Médio e Norte da África”.

"Um estudo recente da IEPS projeta que **apenas os custos com unidades de terapia intensiva (UTI) de pacientes com COVID-19 podem consumir o equivalente ao total de gastos do governo brasileiro em hospitalizações em 2019.** De acordo com o estudo, a cada ponto percentual da população infectada dessa nova cepa de Coronavírus será necessário gastar 1 bilhão de reais (equivalente a 250 milhões de dólares) em hospitalização. Se 20% da população é infectada, o custo da hospitalização para esses pacientes seria equivalente a 98% do custo total da produção hospitalar coberto pelo governo em todo o ano de 2019”.

Nesse sentido, questiona o caminho provável de “um redirecionamento da oferta de saúde para enfrentar a nova emergência sanitária”, o que significaria que os governos mobilizariam recursos financeiros ou assistenciais adicionais apenas para tratar os pacientes de COVID-19 e “poderiam deixar outros pacientes sem esses recursos”. Então ressalta, "se uma parte significativa da população estiver infectada, os sistemas de saúde terão que escolher entre cuidar das vítimas do COVID-19 ou dos portadores de todas as outras doenças. **Esse cenário é dramático e tornaria a América Latina a maior vítima do Coronavírus”**.

3. O novo ciclo de recessão econômica

O quadro crítico em matéria de saúde **deve ser inserido na profunda crise econômica e social em desenvolvimento**. Em diálogo com a BBC em Londres, a secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, Alicia Bárcena, alertou para a iminência de uma recessão global que fará com que o PIB da região diminua, que o desemprego aumente e milhões de pessoas subam aos índices de pobreza.

Seria, ela apontou, um ciclo recessivo maior que o de 2008 ", porque estamos diante de uma recessão profunda que certamente custará dois dígitos nos próximos dois trimestres da economia (...) fizemos projeções preliminares e vimos que, simplesmente calculando o impacto na China e na Europa, que são dois dos principais parceiros comerciais da região, **[o PIB da] América Latina, cairá 1,8%. E em termos de consequências internas das economias locais, isso pode alcançar - 3% "**.

Ela explicou que " **se a economia caísse 1,8%, teria o impacto de um aumento de desemprego de 10 pontos percentuais**. Isso impactaria fortemente as famílias mais pobres e na desigualdade. De fato, também estimamos que, com essa queda no PIB e esse aumento do desemprego, o número de pessoas que vivem na pobreza aumentaria de 185,9 para 219,1 milhões. E na extrema pobreza, aumentariam de 67,5 milhões para 90,7 milhões. Ou seja, sim, estamos falando de um impacto muito forte nas casas, nas pessoas, pequenas e médias empresas e nos trabalhadores autônomos".

Ela destacou que, neste cenário, "nos deparamos com sistemas de saúde fragmentados, onde logicamente, há uma série de problemas porque existem grandes lacunas no acesso a eles. **Das pessoas empregadas com 15 anos ou mais, 57,3% da população tem uma cobertura de saúde. E nos níveis mais baixos, os mais pobres, apenas 34% têm cobertura de saúde**. Então, estamos enfrentando uma das crises mais fortes nos sistemas de saúde."

O contexto geral do ciclo recessivo da economia que se instala, impulsionado pela COVID-19, e os impactos que isso terá nas questões sociais e de saúde pública podem ser enfrentados através de um processo que articula: i) integração regional; ii) políticas anticíclicas (ou seja, o aumento da presença do Estado na economia, como agente de investimento, e de aumento do investimento social); e iii) através da redestinação de recursos fiscais já disponíveis.

4. Gastos em Defesa

Os países da América Latina gastaram em capacidades estratégicas de defesa nacional em 2018, aproximadamente **55,6 bilhões de dólares (284 bilhões de reais)**, o que significou um aumento de 3,1% em relação ao ano anterior, **superando a média global de 2,6%** (Instituto Internacional de Estudos para a Paz). Esta tendência durante 2019 relatou uma queda no 0,9%. No entanto, Chile, Brasil e Colômbia mantiveram seu crescimento sustentável.

Segundo o Banco Mundial, em 2018 os gastos com defesa significaram gastos na região de: Argentina: 2,1% do PIB; Bolívia: 3,9% do PIB; Brasil: 3,9% do PIB; Chile: 7,4% do PIB; Colômbia: 11,6% do PIB; Equador: 6,4% do PIB; e Peru: 5,6% do PIB. **Como se pode ver, muito acima de todo o gasto que a região está fazendo hoje para enfrentar a crise da COVID-19.**

No Chile, foi promulgada a Lei nº 21.174, que estabeleceu um novo mecanismo de financiamento de capacidades estratégicas da defesa nacional e revogou a Lei do Reservada do Cobre, que havia reportado às Forças Armadas uma contribuição de aproximadamente 14 bilhões de dólares (71,5 bilhões de reais) no período 2004-2017, período em que a despesa atingiu 50% desse valor, o que permitiu gerar um superávit em favor do novo sistema de financiamento, que considera também uma contribuição básica (via Lei do Orçamento), para além dos juros vencidos sobre os investimentos do fundo e das outras contribuições previstas pela lei.

A crise desencadeada pelo COVID-19 merece que o Estado assuma que o fechamento de fronteiras não deve restringir a colaboração internacional e que a América Latina deve reagir em termos econômicos em face da pior crise planetária nas últimas décadas. Para enfrentar essa pandemia, os gastos do Brasil e da Argentina não excederam 2% do PIB e o Chile em 4,7%. No entanto, mobilizar recursos não é o mesmo que gastar em pessoas, e é justamente o caso Chileno, onde o destaque não se tem posto em mitigar os efeitos econômicos familiares da crise, mas ir em auxílio do modelo, colocando liquidez na economia.

O prolongamento desta crise impõe aos Estados latino-americanos a se endividarem. Uma maneira de mitigar os efeitos adversos do crédito é redirecionar os gastos internos de cada país, o que permitiria aumentar os recursos necessários para enfrentar a crise. **Isso respalda a necessidade da região chegar a um acordo latino-americano para reduzir seus gastos em capacidades estratégicas de defesa nacional, o que lhes permitiria ter recursos próprios para focá-los em atenuar os efeitos econômicos e sociais e para aumentar a disponibilidade de recursos para enfrentar a pandemia.**

O acordo entre os Estados da região sobre a redução dos gastos com defesa, permitiria redobrar esforços, evitar endividamento, colocar liquidez na economia e gastar nas pessoas. Mas isso requer vontade política, como apontamos, e **que os governos levem a sério que enfrentamos a batalha mais importante de todas.**